



ALELO S.A.

CNPJ nº 04.740.876/0001-25

Relatório da Administração

Acionistas, Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. No exercício, a Alelo registrou lucro líquido de R\$ 182.2 milhões, patrimônio líquido de R\$ 796.2 milhões e ativos totais de R\$ 6.38 bilhões. Deste resultado, a empresa alocou para a distribuição de dividendos conforme previsto em estatuto de 25% do lucro líquido, após a constituição da reserva legal. A Sociedade buscará em 2022 o fortalecimento de sua posição em seus

negócios centrais e adequação à nova regulação do Programa de Alimentação do Trabalhador. Também manteremos nossos esforços de diversificação de negócios e constante foco na experiência e satisfação do cliente. Dessa maneira, Alelo tem investido em: proporcionar flexibilidade aos portadores dos cartões através do Alelo Tudo; na evolução de novos negócios sinérgicos e complementares com a plataforma de pedidos de refeições Pede Pronto; em Veloe como alavanca de inovação na cadeia de mobilidade; em ganho de eficiência através da evolução tecnológica com projetos

estruturantes. Ao encerrarmos o exercício social, registramos os agradecimentos da Administração aos funcionários, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Barueri, 24 de março de 2022

A Administração

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			Reservas de lucro				
Ativo	Nota explicativa	2021	2020	Passivo	Nota explicativa	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.329.889	2.582.617	Fornecedores	13	54.965	18.675
Instrumentos financeiros	5	–	54.157	Contas a pagar operacionais	14	2.848.096	2.461.330
Contas a receber	6	3.137.031	2.597.038	Obrigações com portadores	15	2.276.175	2.225.870
Contas a receber		3.163.572	2.628.370	Programa de incentivo a vendas	16	20.878	34.521
Provisão perdas esperadas		(26.541)	(31.332)	Salários e encargos	17	70.384	56.201
Impostos a recuperar	7	16.107	22.784	Impostos e contribuições a recolher	18	35.268	31.052
Despesas antecipadas	8	89.132	53.172	Passivos contingentes	22	7.264	3.522
Outros créditos	9	93.020	58.374	Dividendos propostos	24.d	45.546	46.351
Depósito judicial	10	1.631	1.539	Arrendamento mercantil	23	4.256	14.975
Total do ativo circulante	5	5.666.810	5.369.681	Outras contas a pagar	19	116.045	184.868
Instrumentos financeiros	5	130.905	–	Total do passivo circulante	5	5.478.877	5.077.365
Despesas antecipadas	8	21.870	33.044	Salários e encargos	17	8.020	5.001
Depósito judicial	10	53.671	50.774	Passivos contingentes	22	57.432	51.619
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.b	75.741	82.431	Outras contas a pagar	19	99	36
Outros créditos	9	–	2.744	Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.b	23.792	20.948
Imobilizado	11	30.290	42.362	Arrendamento mercantil	23	14.687	6.423
Intangível	12	399.857	309.876	Total do passivo não circulante	23	104.030	84.027
Total do ativo não circulante	12	712.334	521.231	Patrimônio líquido			
Total do Ativo		6.379.144	5.890.912	Capital social	24.a	472.414	472.414
				Reserva legal	24.b	94.483	94.483
				Outras reservas de lucros	24.c	229.340	162.623
				Total do patrimônio líquido		796.237	729.520
				Total do Passivo		6.379.144	5.890.912

Demonstrações dos resultados dos exercícios - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)				
	Nota explicativa	2021	2020		Nota explicativa	2021	2020
Receita operacional líquida	26	1.850.226	1.639.046	Receita operacional líquida	26	1.850.226	1.639.046
Custo dos serviços prestados	27	(564.479)	(580.899)	Custo dos serviços prestados	27	(564.479)	(580.899)
Lucro bruto		1.285.747	1.058.147	Lucro bruto		1.285.747	1.058.147
Receitas/(despesas) operacionais				Receitas/(despesas) operacionais			
Pessoal	28	(301.593)	(239.998)	Pessoal	28	(301.593)	(239.998)
Gerais e administrativas	29	(382.390)	(308.855)	Gerais e administrativas	29	(382.390)	(308.855)
Outras receitas/(despesas)		(4.965)	(287)	Outras receitas/(despesas)		(4.965)	(287)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		596.799	509.007	Lucro antes do resultado financeiro e impostos		596.799	509.007
Receitas financeiras	30	132.524	92.978	Receitas financeiras	30	132.524	92.978
Despesas financeiras	30	(473.845)	(332.759)	Despesas financeiras	30	(473.845)	(332.759)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		255.478	269.226	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		255.478	269.226
Imposto de renda e contribuição social				Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	25.a	(63.758)	(63.678)	Correntes	25.a	(63.758)	(63.678)
Diferidos	25.a	(9.534)	(19.197)	Diferidos	25.a	(9.534)	(19.197)
Lucro líquido dos exercícios		182.186	186.351	Lucro líquido dos exercícios		182.186	186.351
Lucro por lote de mil ações		91,0930	93,1755	Lucro por lote de mil ações		91,0930	93,1755

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)						
	Nota explicativa	Reservas de lucro			Lucro dos exercícios	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Outras reservas de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		472.414	93.537	23.569	–	589.520
Lucro líquido do exercício		–	–	–	186.351	186.351
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal		–	946	–	(946)	–
Reserva para expansão		–	–	139.054	(139.054)	–
Dividendos propostos	24.d	–	–	–	(46.351)	(46.351)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		472.414	94.483	162.623	–	729.520
Lucro líquido do exercício		–	–	–	182.186	182.186
Dividendos adicionais		–	–	(69.923)	–	(69.923)
Destinação do lucro líquido:						
Reserva para expansão		–	–	136.640	(136.640)	–
Dividendos propostos	24.d	–	–	–	(45.546)	(45.546)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		472.414	94.483	229.340	–	796.237

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A Alelo S.A. ("Sociedade" ou "Alelo"), é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil controlada pela Elo Participações Ltda. ("Elopap"), que tem como acionistas controladores finais o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A. O endereço registrado do escritório da Sociedade é Alameda Xingu, 512 - 3º, 4º e 16º andares, edifício "Condomínio Evolution Corporate" - Barueri, São Paulo.

A Sociedade foi constituída em 17 de setembro de 2001 e iniciou suas atividades operacionais em 1º de fevereiro de 2003, tendo como objetivo a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamento e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores em moeda nacional ou estrangeira incluindo, mas não se limitando, aos benefícios de alimentação e refeição, através de meios eletrônicos, tais como tarja magnética, smart cards e outros; desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; a implantação; administração e prestação de serviços de programas promocionais, mediante oferecimento e administração de programas de incentivo, fidelização e/ou bonificação de vendas, meios de pagamentos via "tag" e plataforma de pedidos.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas.

- Realização dos créditos e débitos tributários, vide nota 25.c;

- Provisão de contingências trabalhistas, vide nota 22; e

- Perda de crédito esperada, vide nota 6.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de março de 2022.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que apresentem liquidez diária e vencimentos de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feitos de forma antecipada, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

b. Instrumentos financeiros

b.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- *Solely Payments of Principal and Interest* ("SPPI"): uma das condições para se classificar um Instrumento Financeiro ao custo amortizado, SPPI ocorre quando termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Sociedade realiza uma avaliação do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas

políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; e

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Sociedade.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base o valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;

- os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que, também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receitas de dividendos, é reconhecido no resultado;

- Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

- Instrumentos patrimoniais a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivo financeiro mensurado ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

b.3 Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou

- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:

- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou

- a Sociedade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pela caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Sociedade atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para terminar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e

- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças forem feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Sociedade atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Sociedade aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

b.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Despesas antecipadas

Despesas antecipadas, compreendem as despesas pagas antecipadamente que

→☆continuação

O valor da contraprestação transferida;
 • O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na aquisição; mas se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição; menos o montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.
 Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com a compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.
 Os custos de transação, que a Sociedade incorre em conexão com a combinação de negócios, são registrados no resultado conforme incorridos.
 Até 31 de dezembro de 2008, os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável, conforme o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.
 Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as projeções quanto à expectativa de recuperação dos intangíveis/ágio nas operações indicam que nenhuma provisão para perda é requerida.

g. Redução ao valor recuperável (impairment)

g1. Ativos financeiros

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e

- contas a receber.

As provisões para perdas com contas a receber são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A Sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A apresentação para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Sociedade não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

g2. Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Sociedade revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(I) Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(II) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto, onde seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

i. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

• **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• **Passivos contingentes** - são classificados como passivos contingentes prováveis, quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

• **Obrigações legais** - As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

j. Reconhecimento da receita operacional

As receitas da Sociedade são compostas substancialmente pelos seus produtos de vale alimentação, vale refeição e vale transporte.

• Receita adquirente

Referem-se às tarifas e taxas cobradas dos Estabelecimentos Comerciais (ECs) pela utilização dos cartões Alelo.

• Receita emissor

Referem-se substancialmente a tarifas cobradas no processo de emissão de cartões e/ou na disponibilização de benefícios.

• Receita de comissão de vendas

A receita é reconhecida pelo regime de competência. Refere-se substancialmente aos serviços de intermediação prestados pela Alelo e cobrados do Banco Digio S.A. pela captação/indicação de clientes para o Banco.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; (iv) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

l. Outras receitas/(despesas) operacionais

As receitas e despesas líquidas são apuradas pelo regime de competência.

m. Combinação de negócios

A combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Sociedade utilizando a metodologia de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da Sociedade de forma a obter benefícios de suas atividades.

Os custos da transação que a Sociedade incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado.

n. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras da ALELO S.A. (Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Moeda nacional	31.251	44.819
Fundos de investimentos (a)	1.906.651	2.184.804
Certificado de depósito bancário - CDB's (b)	333.361	297.531
Moeda estrangeira (c)	58.626	55.455
Certificado de depósito no exterior (c)	-	8
	2.329.889	2.582.617

(a) A Sociedade possui aplicação com partes relacionadas através de fundos de investimentos não exclusivos, administrados pelo Banco Bradesco S.A. e BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que possuem liquidez diária. As cotas dos fundos de investimentos foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês.

(b) O certificado de depósito bancário (CDB) está classificado no curto prazo, uma vez que foram efetuadas com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e apresentam liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate.

(c) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX de venda do último dia útil do exercício.

Substancialmente, os saldos de caixa e equivalentes de caixa foram realizados com partes relacionadas.

5. Instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

	2021	2020
	Vencimento	Total
	Acima de	Custo
	365 dias	amortizado
	amortizado	amortizado
Títulos privados		
Letras financeiras - LF	130.905	130.905
	130.905	130.905
Curto prazo	-	-
Longo prazo	-	130.905

Os instrumentos financeiros estão precificados somente no nível 2.

b) Classificação dos instrumentos financeiros

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	2021		2020	
		Valor justo	Contábil	Valor justo	Contábil
Caixa e Bancos	amortizado	89.877	-	100.274	-
Letras financeiras	amortizado	130.905	-	54.157	-
Certificado de depósito bancário - CDB's	Custo amortizado	78.191	-	-	-
Certificado de depósito bancário - CDB's	VJR	255.170	255.170	297.532	297.532
Fundos de investimentos	VJR	1.906.651	1.906.651	2.184.803	2.184.803
Contas a receber	amortizado	3.137.031	-	2.597.038	-
		5.597.825	2.161.821	5.233.804	2.482.335

Estimativa de valor justo

A tabela abaixo classifica os ativos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	2021	2020	Nível
Certificado de depósito bancário - CDB's	VJR	255.170	297.532	Nível 2
Fundos de investimentos	VJR	1.906.651	2.184.803	Nível 2
		2.161.821	2.482.335	

(a) **Nível 1:** o valor justo dos ativos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

(b) **Nível 2:** o valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificado de depósito bancário) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

(c) **Nível 3:** se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação usadas para determinar os valores justos - nível 2

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros incluem:

- O uso de preços de mercado cotados ou cotações de distribuidores para instrumentos semelhantes, se aplicável.
- Para outros instrumentos financeiros - análise de fluxo de caixa descontado.

6. Contas a receber, líquido das perdas esperadas

	2021	2020
Contas a receber de clientes	2.958.065	2.431.289
Contas a receber partes relacionadas (a)	205.507	197.081
(-) Provisão de perdas esperadas	(26.541)	(31.332)
	3.137.031	2.597.038

(a) Refere-se substancialmente a valores a receber das empresas vinculadas ao BB Elio Cartões Participações S.A. e ao Banco Bradesco S.A. referentes ao pedido de recarga de benefícios nos cartões de seus colaboradores, vide nota explicativa 20.

A movimentação da perda esperada é como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	(32.230)	(37.312)
Acréscimos	(4.419)	(18.214)
Baixas	9.506	23.296
Saldo final	(27.143)	(32.230)

Os valores do quadro acima são compostos pelos provisionamentos relacionados a Contas a Receber de Clientes, Contas a Receber de Partes Relacionadas e Carteira de Instrumentos Financeiros.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a instituição incorrer em perdas financeiras caso um cliente falhe no cumprimento de suas obrigações de pagamento frente a acordos contratuais decorrentes de prazos comerciais concedidos, ou uma contraparte nas obrigações contratuais de um instrumento financeiro. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes, de partes relacionadas e de instrumentos financeiros da instituição.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

A instituição conta com estrutura de gerenciamento de risco vide nota explicativa nº 31.

Contas a receber e ativos de contrato

A exposição da Instituição ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada contraparte. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento por grupos de riscos identificados através de modelos internos.

A instituição conta com políticas e normas que estabelecem limites de exposição, diretrizes e condições para concessão de prazos comerciais e aprovações por exceções.

Modelos de apuração de perdas esperadas

Os modelos de riscos que apuram a provisão de perda esperada de clientes foram construídos com base nas diretrizes dos normativos internacionais doCPC-48, contam com revisões periódicas, no mínimo anuais, ou quando alteração significativa nas variáveis do modelo.

As modelagens internas permitem a construção de uma matriz de perda esperada para cada grupo de risco e faixa de atraso, considerando as variáveis PD e LGD históricas da instituição.

Os índices de perda da matriz são apurados por meio de uso de método de "rolagem" com base na probabilidade de um saldo a receber avançar para estágios sucessivos de atraso até a baixa completa. As taxas de rolagem são calculadas de acordo com os grupos de riscos identificados na modelagem que apresentam características de risco de crédito comuns.

A EAD representa o valor de exposição ao risco de crédito na data de sua mensuração, e considera instrumentos de mitigação de riscos baseados e seguro garantia, e técnicas de *Override* para redução de valores recebidos e ainda não baixados.

O produto Veloe conta com modelo de apuração de provisão para perdas esperadas específico dado seu modelo de negócio direcionado a clientes de varejo.

As tabelas a seguir fornecem informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas.

	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
31 de dezembro de 2021			
A Vencer até 3 dias	2.424.059	0,1%	3.058
Vencido 4-30 dias	25.031	8,2%	2.059
Vencido 31-60 dias	2.397	14,8%	356
Vencido 61-90 dias	1.389	50,5%	702
Vencido 91-360 dias	2.512	73,9%	1.858
Vencido há mais de 360 dias	18.508	100,0%	18.508
Total	2.473.896		26.541

	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
31 de dezembro de 2020			
A Vencer até 3 dias	2.253.942	0,1%	1.349
Vencido 4-30 dias	29.305	5,8%	1.688
Vencido 31-60 dias	1.495	9,0%	135
Vencido 61-90 dias	712	60,1%	428
Vencido 91-360 dias	9.096	44,5%	4.052
Vencido há mais de 360 dias	23.680	100,0%	23.680
Total	2.318.230		31.332

As movimentações na provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes e ativos de contrato durante o ano estão representadas na tabela a seguir:

	2021	2020
Contas a receber	(26.541)	(31.332)
Instrumentos financeiros (a)	(602)	(898)
Total	(27.143)	(32.230)

(a) Instrumentos financeiros elegíveis ao cálculo de perda esperada de acordo com as

estratégias da tesouraria e as diretrizes do CPC-48 (IFRS9).

7. Impostos a recuperar

	2021	2020
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	7.345	3.680
PIS e COFINS	8.555	11.570
Imposto de renda e contribuição social	207	7.534
	16.107	22.784

8. Despesas antecipadas

	2021	2020
Contratos de manutenção (a)	68.160	46.764
Descontos concedidos (b)	30.475	38.559
Assinaturas e seguros	9.016	78
Serviços profissionais	2.813	665
Outros	538	150
	111.002	86.216
	89.132	53.172
	21.870	33.044

(a) Referem-se, substancialmente, as despesas antecipadas com contratos de sustentação de serviços de TI, os quais serão diferidos durante a vigência dos contratos

(b) Referem-se aos descontos concedidos a clientes de acordo com negociações comerciais, os quais serão apropriados ao longo da vigência do contrato.

9. Outros créditos

	2021	2020
Adiantamento a fornecedores (a)	70.057	47.573
Adiantamento a funcionários	17.444	10.079
Outros créditos	5.519	3.466
	93.020	61.118
	93.020	58.374
	-	-
	-	2.744

(a) Refere-se substancialmente a adiantamento a fornecedor de seus produtos vale transporte e pré-pago.

10. Depósitos judiciais

	2021	2020
Fiscal	53.643	50.764
Trabalhista	1.631	1.518
Cível	-	21
Depósito garantia	1	-
Bloqueio Judicial	27	10
	<	

→☆continuação

	2021	2020
19. Outras contas a pagar		
Crédito a cliente (a)	52.654	74.238
Provisões gerais e administrativas	24.046	53.717
Provisão de custo dos serviços prestados	15.868	21.310
Provisão de marketing	1.179	4.127
Contas a pagar - partes relacionadas - CAC (nota 20)	4.417	12.238
Serviços técnicos especializados	9.851	11.216
Desenvolvimento, manutenção e suporte	6.350	5.949
Receita diferida	1.680	2.073
Outras contas a pagar	100	36
	116.145	184.904
Circulante	116.045	184.868
Não circulante	99	36

(a) Obrigações com clientes, créditos na próxima fatura.

20. Partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como saldos em conta corrente, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, dos bancos emissores controladores indiretos (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradescard e BB Elo Cartões Participações S.A.), acionista direto (Elo Participações Ltda.) bem como empresas coligadas que os controladores e acionistas detêm participação acionária, tais como: Cielo S.A., Lívolo S.A., Elo Serviços S.A. e Banco Digio S.A..

	2021		2020	
	Ativo	Receitas	Ativo	Receitas
	(Passivo)	(Despesas)	(Passivo)	(Despesas)
Caixa e equivalentes de caixa				
Banco Bradesco S.A.	1.538.713	58.785	1.802.211	13.606
Banco do Brasil S.A.	569.220	16.299	580.333	16.571
Banco Digio S.A.	144.147	6.624	154.320	5.112

	2021		2020	
	Ativo	Receitas	Ativo	Receitas
	(Passivo)	(Despesas)	(Passivo)	(Despesas)
Contas a receber (a)				
Banco Bradesco S.A.	184.344	–	163.187	–
BB Elo Cartões Participações S.A.	17.477	–	30.561	–
Cielo S.A.	1.042	–	867	–
Elo Participações Ltda.	–	–	4	–
Elo Serviços S.A.	5	–	14	390
Banco Digio S.A.	2.639	26.225	2.445	25.953
Lívolo S.A.	–	–	3	–

	2021		2020	
	Ativo	Receitas	Ativo	Receitas
	(Passivo)	(Despesas)	(Passivo)	(Despesas)
Programa de incentivo a vendas (b)				
Banco Bradesco S.A.	(8.862)	(100.390)	(14.992)	(93.180)
Banco do Brasil S.A.	(1.663)	(93.734)	(22.586)	(50.942)

	2021		2020	
	Ativo	Receitas	Ativo	Receitas
	(Passivo)	(Despesas)	(Passivo)	(Despesas)
Dividendos a pagar				
Elo Participações Ltda.	(45.547)	–	(46.351)	–

	2021		2020	
	Ativo	Receitas	Ativo	Receitas
	(Passivo)	(Despesas)	(Passivo)	(Despesas)
Outras contas a pagar				
Banco Bradesco S.A.	(31)	(7.070)	(1)	(5.478)
Banco Bradescard S.A.	–	–	(744)	(2.067)
Banco do Brasil S.A.	(244)	(1.382)	(7.538)	(4.580)
Cielo S.A.	–	(52.799)	(307)	(77.801)
Elo Participações Ltda.	(4.142)	(43.247)	(3.648)	(36.324)
Elo Serviços S.A.	–	(6.897)	–	(8.310)

	2021		2020	
	Ativo	Receitas	Ativo	Receitas
	(Passivo)	(Despesas)	(Passivo)	(Despesas)
Contas a pagar operacionais				
Banco Digio S.A.	(473.789)	–	(372.563)	–

(a) Refere-se a valores a receber de pedido de recarga de benefícios nos cartões Alelo.
(b) Valores referentes a programa de incentivo a vendas - PIV calculado de acordo com contratos firmados entre as partes e outras contas a pagar.

21. Honorários dos Administradores, gratificações e previdência privada

Os honorários dos Administradores totalizaram R\$ 3.882 (R\$ 3.692 em 31 de dezembro de 2021) os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas operacionais - Pessoal".
Aos empregados é concedida gratificação, com base nas metas da Sociedade definidas pela Presidência (Comitê de Direção), alinhada com o Conselho de Administração, e conforme regras definidas nas políticas da Sociedade.
Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para gratificação, não incluindo a Diretoria, é de R\$ 33.870 (R\$ 30.546 em 31 de dezembro de 2020), apropriada ao resultado na rubrica "Despesas operacionais - Pessoal".
A Sociedade dispõe de plano de benefício previdenciário no modelo PGBl (Plano Gerador de Benefício Livre Empresarial), que objetiva complementar os benefícios de seus empregados e Administradores, de acordo com um benefício-alvo estabelecido. A contribuição líquida da Sociedade em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 4.457 (R\$ 4.258 em 31 de dezembro de 2020) apropriada ao resultado na rubrica "Despesas operacionais - Pessoal".

22. Passivos contingentes

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.
a. Processos trabalhistas
Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de horas extras, comissões e reflexos, indenizações e demais pedidos passíveis de serem discutidos no Poder Judiciário sob a ótica da Consolidação das Leis do Trabalho. A provisão desses casos é feita individualmente, sempre que a perda for avaliada como provável, de acordo com a liquidação dos pedidos elencados pelo ex-empregado no processo e alterada de acordo com o andamento do processo. A constituição da provisão é realizada de acordo com a fase do processo. (25% na fase inicial do processo, 50% após sentença e 100% na fase de execução).
b. Processos cíveis
Referem-se substancialmente a ações ajuizadas, visando obter a indenização por danos materiais. A provisão desses processos é feita individualmente, considerando a análise de assessores jurídicos externos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais.
c. Obrigações legais - tributárias
A Sociedade é parte em ações que discutem a legalidade, constitucionalidade e recolhimento de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados de acordo com a opinião dos assessores jurídicos, baseado em riscos de cada processo, seguindo a norma de provisão tributária.
A Sociedade é parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária e trabalhista. A composição das provisões referentes a estes processos, segue demonstrada no quadro abaixo:

	2021	2020
Trabalhistas e previdenciárias	2.953	2.854
Fiscais	61.000	51.619
Cíveis	743	668
	64.696	55.141
Circulante	7.264	3.522
Não circulante	57.432	51.619

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está representada no quadro abaixo:

	Saldo inicial	Adições	Baixas	Atualizações monetárias	Saldo final
	31.12.2020			31.12.2021	31.12.2021
Trabalhistas e previdenciárias	2.854	1.007	(1.531)	623	2.953
Fiscais	51.619	12.808	(5.477)	2.050	61.000
Cíveis	668	1.597	(2.068)	546	743
	55.141	15.412	(9.076)	3.219	64.696

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificando as ações de acordo com a expectativa de perda.

Anualmente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, temos os seguintes montantes avaliados como risco de perda possível, sendo os mesmos não reconhecidos contabilmente:

	2021	2020
Trabalhistas	5.008	2.036
Cíveis	3.589	2.508
Tributárias (a)	345.607	164.707
	354.204	169.251

(a) Em 2021 foram realizadas as atualizações dos valores estimados de riscos conforme norma tributária vigente, e a atualização de avaliação de risco pertencente a essa carteira, conforme movimentação processual.

23. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos da Sociedade que estão dentro do escopo do CPC 06 (R2) são:

	Saldo final	Adição/	Saldo final
	31.12.2020	constituição	31.12.2021
Arrendamento mercantil	21.398	8.552	(11.954)
	21.398	8.552	(11.954)
Circulante	14.975	–	4.256
Não circulante	6.423	–	14.687

Notas explicativas às demonstrações financeiras da ALELO S.A. (Em milhares de reais)

24. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 472.414, representado por 2.000.000 ações, sendo 1.000.000 de ações ordinárias e 1.000.000 de ações preferenciais. A composição acionária da Sociedade em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	2021		2020	
	Quantidade de ações	Participação %	Quantidade de ações	Participação %
Acionista	2.000.000	100	2.000.000	100
Elo Participações Ltda.	2.000.000	100	2.000.000	100
Total	2.000.000	100	2.000.000	100

b. Reserva legal

Representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A Sociedade poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder a 30% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2021 não houve constituição da reserva legal, pois a mesma encontra-se no limite de 20% do capital social, totalizando o montante de R\$ 94.483.

c. Outras reservas de lucros

Conforme determinação dos acionistas, os lucros não distribuídos são destinados à reserva de expansão, e em 2021 a reserva apresenta um saldo de R\$ 229.340 (R\$ 162.623 em 2020).

d. Dividendos propostos

Aos acionistas é garantido o direito a dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, conforme previsto no estatuto da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade registrou dividendos propostos no montante de R\$ 45.546 (R\$ 46.351 em 2020).

Em 30 de abril de 2021, foi deliberado através de Assembleia Geral Ordinária, o pagamento de dividendos adicionais referente ao exercício de 2020, no montante de R\$ 69.923 (R\$ 46.341 em 2020).

25. Imposto de renda e contribuição social

a. Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

Descrição	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado	255.478	269.226
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	86.863	91.537

Efeito no cálculo dos tributos:

Contingências fiscais, trabalhistas, cíveis	3.214	1.781
Provisão para perdas do valor recuperável	9.229	10.958
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.533	19.197
Participação nos lucros - funcionários	3.286	1.280
Provisão para despesas administrativas	(23.208)	(27.124)
Incentivos fiscais	(4.151)	(4.099)
IRPJ e CSLL - reversões de anos anteriores	(11.474)	(10.655)
Imposto de renda e contribuição social	73.292	82.875

Sendo:

Impostos correntes	63.758	63.678
Impostos diferidos	9.534	19.197
Despesa contabilizada	73.292	82.875

b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição dos créditos diferidos	Saldo em 31.12.2020	Consti- tuição	Realiza- ção	Saldo em 31.12.2021
Provisão para contingências fiscais	17.550	1.977	–	19.527
Provisão para contingências trabalhistas	970	34	–	1.004
Provisão para contingências cíveis	227	1.239	–	1.466
Provisão Fee - Visa/Elo	608	166	–	774
Provisão de participação nos lucros	11.163	2.508	–	13.671
Provisão administrativa	19.509	–	(1.855)	17.654
Provisão para perdas do valor recuperável	10.959	–	(1.731)	9.228
Provisão de receitas/descontos concedidos	15.363	–	(10.449)	4.914
Outros valores	6.082	1.421	–	7.503
Total dos créditos tributários	82.431	7.345	(14.035)	75.741
Prejuízo fiscal / Base negativa	–	–	–	–
Total dos créditos tributários	82.431	7.345	(14.035)	75.741
Ágio	(11.040)	–	–	(11.040)
CPC 06	(7.611)	(2.181)	–	(9.792)
Atualização depósito judicial	(2.297)	(663)	–	(2.960)
Total dos passivos diferidos	(20.948)	(2.844)	–	(23.792)
Total líquido dos impostos diferidos	61.483	4.501	(14.035)	51.949

c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal

	Diferenças temporárias			Ágio		
	Contri- buição	Contri- buição	Total	Contri- buição	Contri- buição	Total
	de renda	social	Total	de renda	social	Total
Até 1 ano	30.928	11.717	42.645	–	–	–
Até 2 anos	498	179	677	–	–	–
Até 3 anos	13.206	4.754	17.960	–	–	–
Até 4 anos	336	121	457	–	–	–
Até 5 anos	919	331	1.250	–	–	–
Acima de 5 anos (a)	–	–	–	(8.119)	(2.981)	(11.040)
Total	45.887	17.102	62.989	(8.119)	(2.981)	(11.040)

A constituição do crédito tributário está suportada por estudo técnico e o valor presente em 31 de dezembro de 2021, calculado considerando a taxa Selic, líquido dos efeitos tributários, o saldo corresponde a R\$ 55.508 (R\$ 59.502 em 2020).

(a) O montante de passivo diferido de R\$11.040 refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a rentabilidade futura do ágio, reconhecido na base de cálculo no período de 2010 a 2015 proveniente da aquisição de 100% das quotas representativas do capital social da empresa Smart Benefícios Ltda.

26. Receita operacional líquida

As receitas da Sociedade são compostas substancialmente pelos seus produtos de vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte.

	2021	2020
Receita de adquirentes	1.838.761	1.652.185
Receita de emissores	214.342	161.721
Receita de comissão de vendas	37.755	32.229
Impostos sobre serviços	(240.632)	(207.089)
	1.850.226	1.639.046
27. Custo dos serviços prestados	2021	2020
Despesas com vendas	(221.814)	(273.326)
Captura e processamento	(144.666)	(143.188)
Central de atendimento	(75.536)	(60.874)
Manutenção e sustentação	(70.561)	(45.104)
Emissão e personalização	(26.001)	(27.338)
Entrega e distribuição	(22.827)	(23.721)
Custo com logística	(661)	(3.544)
Outros custos	(17.089)	(16.198)
Fee bandeira	(7.458)	(6.673)
Implantações de novos contratos (clientes)	(22.802)	(20.674)
Antecipação de recebíveis	(6.436)	(6.138)
Créditos tributários (a)	51.372	45.879
	(564.479)	(580.899)

(a) Valores relativos à recuperação da contribuição do PIS e da COFINS sobre os custos dos serviços prestados, instituída pela Lei nº 10.637/2002.

28. Despesa com pessoal

—☆ continuação

Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP014428/O-6

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>